

CARTA AOS CANDIDATOS

A missão do Conselho Regional de Economia da 15ª Região-MA (Corecon-MA) é contribuir com o desenvolvimento socioeconômico e assegurar o exercício legal e ético da profissão do economista. Diante deste juramento permeia ao Conselho, na esfera pública reforçar estratégias e planejar o progresso nacional, diante do qual, este Conselho, perante as eminentes eleições municipais, manifesta nesta carta direcionada para todos os candidatos, gestores públicos atuais e vindouros, aos economistas, e a população local, fundamentos norteadores que contribuam para o planejamento de curto e longo prazo do desenvolvimento sustentável e sustentado da cidade de São Luís.

A capital maranhense com aproximadamente 1,1 milhões de habitantes em 2020 (IBGE) não é somente o coração econômico do estado que concentra um quarto da população e quase 40% do Produto Interno Bruto – PIB, como também, é a cidade de maior peso político e com maior potencial de crescimento internacional através do seu complexo portuário e a alma cultural e dinâmica que recebe os visitantes do Maranhão e pulveriza para o mundo, além das mercadorias, a nossa cultura.

A concentração urbana desordenada pautada no crescimento da densidade demográfica de 1.216 habitantes/km² (IBGE, CENSO 2010) que remonta à década de 1990, ocasionou, no âmago da capital maranhense, a centralização que deu origem a esta cidade fortalecida pela emigração rural-urbana e crescimento populacional. Contudo, a “faca de dois gumes” chamada expansão populacional, não foi acompanhada de investimentos estruturais suficientes para garantir igualdade e qualidade de habitação, saneamento e mobilidade, originando bolhas de desigualdades dispersas dentro da grande São Luís, recheando-se de forma contraditória, tanto de maravilhas urbanas como de favelas, saturação do trânsito, saneamento básico irregular, falta de água, desordem cultural, aumento setorizado do crime e da violência, expansão dos problemas ambientais e da poluição e, por fim dificuldade em manter e gerir os recursos públicos para manutenção dos direitos constitucionais básicos, da educação, da saúde e da segurança dos seus habitantes.

A atual e conturbada estrutura da grande São Luís não é o único amplo problema, deve-se incluir na agenda do planejamento as problemáticas irresolvidas das crises político-institucional brasileira e o panorama que foi ampliado pela conjuntura da recente e atual pandemia o qual fortaleceu a desigualdade e produziu um caótico cenário de ampliação do desemprego e redução da atividade econômica mundial.

Para encarar os problemas históricos e os conjunturais deve-se reforçar o planejamento municipal de curto e médio prazo, através dos Plano Plurianual – PPA, da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e da Lei Orçamentária Anual – LOA que incluam em seu escopo diretrizes palpáveis e concretas dentro da realidade da capital e se realizem em uma agenda de políticas públicas que permita traçar um plano maior e de longo prazo que transponha os mandatos do atual e dos próximos gestores, estabilizando e dando transparência ao plano estratégico de São Luís.

CARTA AOS CANDIDATOS

Deve ser construído um projeto de longo prazo que inclua uma agenda “São Luís 2030” nos conformes dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) elaborado pela Organização das Nações Unidas (ONU) que materializa agenda composta por três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental e é composta por 17 objetivos, que se desdobram em 169 metas. Os ODS representam avanços e continuidade com as diretrizes de desenvolvimento que se iniciaram em 1990 com a criação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), e que mostrou-se exitoso em países como a Coreia do Sul, que pautaram seu desenvolvimento através da ampliação da educação e investimentos estratégicos capazes de aumentar indiretamente a renda e absorver as tecnologias como forma de potencializar e acelerar o crescimento da produtividade e do bem estar.

No que toca ao mundo do trabalho, os desafios são muitos e perpassam pelo entendimento das transformações intrínsecas e implementação de políticas públicas e ações de geração de emprego e renda. A principal variável para a geração de renda é o crescimento econômico, destacadamente no setor de comércio e serviços que concentra o maior percentual de emprego formal e informal e possui o maior potencial de crescimento.

O investimento em infraestrutura econômica e social é fundamental para a geração de empregos. As obras em infraestrutura geram empregos diretos e externalidades positivas. Deste modo os investimentos públicos devem visualizar grande potencial de atração de investimentos privados, sobretudo com alto poder de verticalização de cadeias produtivas locais e que induzam e absorvam inovações em processos e produtos com a inclusão da população ludovicense.

Investimentos públicos devem preencher os gargalos existentes nas bolhas de desigualdade, como por exemplo a distorção de infraestrutura no qual bairros como Cidade Operária, Cohatrac e Centro apresentam mais de 90% da população residindo em domicílios com banheiro e esgoto ligado à rede geral e áreas como São Raimundo, Cidade Olímpica e Maracanã com acesso precário ao saneamento, abaixo de 1%. Atenta-se também à precária mobilidade urbana que exige ações inteligentes e rápidas.

Além disso, é primo inteirar a importância da capital maranhense no desenvolvimento estadual. Assim, ela deve liderar projetos intermunicipais, sobretudo, da região metropolitana. Não obstante, a presença do complexo portuário na capital é de alta relevância para induzir políticas de atração de investimento para o Maranhão como um todo, no qual São Luís destaca-se como o centro dos serviços, sobretudo logísticos, tecnológicos e digitais.

Em que pese à importância dos grandes projetos, deve-se reforçar a importância do desenvolvimento local. Nesse sentido, mantendo-se entre as principais metas a geração massiva de ocupações, devem-se fomentar os arranjos produtivos locais acompanhado do uso de fontes alternativas de energia, como a solar e fortalecendo a política de resíduos sólidos.

CARTA AOS CANDIDATOS

Para o melhor desenvolvimento urbano deve-se atentar não somente a melhoria da mobilidade e da infraestrutura produtiva bem como adotar estratégias de cidades inteligentes e sustentáveis, substituindo tecnologias defasadas tanto da administração pública como das estruturas públicas existentes – ampliando a produtividade do setor público adotando políticas que apoiem ações de sustentabilidade energética, ampliação da área verde como hortas e pomares urbanos inseridos em uma estratégia de segurança alimentar e nutricional, acompanhada de incentivo às políticas de vizinhança e de bairros em prol da sustentabilidade.

Atentamos que para realizar toda a agenda necessária para o desenvolvimento da capital maranhense, mesmo com um planejamento de longo prazo inabalável é necessário ampliar a gestão dos recursos financeiros. Por isso a agenda transversal e continuada, deverá sempre, observar a situação fiscal do município. Atualmente, sabe-se que São Luís possui uma baixa arrecadação própria em relação ao seu orçamento, tornando-se muito dependente das transferências dos governos Estadual e Federal, portanto, os gestores deverão incluir a estratégia de sustentabilidade fiscal e financeira do Estado, otimizando a arrecadação e as despesas de forma não predatória à perda de empregos e aos custos do contribuinte e da atração de investimentos.

No sentido da otimização da gestão pública, deve-se adotar os princípios modernos de governança pautados no “fazer juntos”, inserir no contexto de políticas públicas para o desenvolvimento ações que permitam, facilitem, direcionem e gerenciem: Parcerias Público Privadas – PPP; consórcios intermunicipais; ações do terceiro setor; participação social; interação educacional entre tecnologia, ciência, universidades, escolas e sociedade; parcerias intergovernamentais.

Há pontos desta agenda que devem ser entendidos como prioritários e exigem ações urgentes com a implementação de uma política metropolitana efetiva, com transparência e eficiência. Mas, sem perder de vista o foco nas pessoas, no combate às desigualdades sociais que se traduzem na extrema pobreza materializada na falta de acesso a serviços públicos e a renda.

São Luís 16 de outubro de 2020.